



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000608-44.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - Liminar**
 Requerente: **MARIA PASCHOALINA FAVARO DE SOUZA**
 Requerido: **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

MARIA PASCHOALINA FAVARO DE SOUZA propõe ação cautelar contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, visando à obtenção da guarda de um papagaio, conhecido por Titico, sob o fundamento de que o possui a 14 anos e o mantém solto, dispensando-lhe todos os cuidados necessários.

O Ministério Público manifestou-se pelo não deferimento da liminar.

A liminar foi indeferida (fls. 63).

A ré, citada, contestou a ação, afirmando a legalidade da apreensão da ave e que não estão presentes a fumaça do bom direito e o perigo da demora, necessários ao deferimento do pedido (10/20).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Julgo o pedido na forma do art. 803, parágrafo único c/c art. 330, I do CPC, uma vez que a prova documental é suficiente para a solução da lide, não havendo necessidade de dilação probatória.

O pedido não merece acolhimento.

Não obstante não se questione que a autora tenha cuidado da ave por 14 anos, dispensando-lhe os cuidados necessários, sem qualquer mal trato, estando a ele apegada afetivamente, fato é que a questão deve ser enfocada sob a ótica que favoreça o papagaio e, na situação dos autos, isso ocorre com a sua manutenção no centro de triagem, de acordo com as informações prestadas pela médica veterinária responsável pelos seus cuidados, que atestou ter ele plenas condições de retornar para a natureza, onde poderá conviver com outros da mesma espécie e procriar. Atestou, ainda, que não apresenta sinais de sofrimento por estar afastado de sua cuidadora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Como a liberação da ave ao seu habitat é a primeira opção legal e há plena possibilidade de que isso venha a ocorrer, não se verifica a fumaça do bom direito no pleito da autora.

Ademais, não se vislumbra, também, o perigo da demora, pois, passado o prazo de adaptação no centro de triagem e, se apresentando ela inviável, o papagaio poderá ser entregue à autora.

Ante o exposto, julgo improcedente o pedido e condeno a parte requerente em custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados, por equidade, em R\$ 678,00, observada a AJG.

Comunique-se à Superior Instância, via internet, **com urgência**, em vista do agravo de instrumento interposto.

P.R.I.C.

São Carlos, 25 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**